Os 20 anos da Lei 10.639/2003 e os recursos didáticos: Acervo das bibliotecas da Universidade de Rio Verde - UniRV em 2023.

Maria Fernanda Menezes Sousa[1], Bruno de Oliveira Ribeiro[2]

[1]Acadêmica do 6° período de Pedagogia da Universidade de Rio Verde - PIVIC.
[2]Doutor em Ciências Sociais e professor da Faculdade de Pedagogia da Universidade de Rio Verde. Email: ribeiro.brunodeoliveira@gmail.com

Reitor:
Prof. Me. Alberto Barella Netto

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação:
Prof. Dr. Carlos César E. de Menezes

Editor Geral:
Prof. Dra. Andrea Sayuri Silveira Dias Terada

Editores de Seção:
Profa. Dra. Ana Paula Fontana
Prof. Dr. Hidelberto Matos Silva
Prof. Dr. Fábio Henrique Baia
Pra. Dra. Muriel Amaral Jacob
Prof. Dr. Matheus de Freitas Souza
Prof. Dr. Warley Augusto Pereira

Fomento:
Programa PIBIC/PIVIC UniRV/CNPq 2022-2023

Resumo: Em 2003 foi aprovada a legislação que mudaria o cenário educacional brasileiro no quesito das relações étnico-raciais, trata-se da lei 10.639/03 que institui como obrigatoriedade o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as instituições de ensino da educação básica – Educação Infantil ao Ensino Médio. Considerando os 20 anos de aprovação da lei, espera-se que as escolas já estejam abordando esses assuntos em seu currículo de forma efetiva e que, consequentemente, as Universidades tenham adequado seus cursos as novas demandas. Nesta pesquisa, trataremos como o acervo bibliográfico da Universidade de Rio Verde – UniRV dialoga com essa demanda legal dirigida, principalmente, aos cursos de licenciatura. Para isso, foi mapeado o acervo das três bibliotecas disponíveis aos acadêmicos com o intuito de analisar se há recursos disponíveis para elaboração de aulas em estágios e em sua futura profissão. Os principais resultados apontam para uma quantidade mais significativa de obras nas bibliotecas *online* sobre o tema, entretanto, poucas voltadas ao âmbito da formação de professores e Educação Infantil, que é uma das principais áreas de atuação da Pedagogia, atualmente o único curso de licenciatura da instituição. Nessa perspectiva, é possível observar que apesar da lei se apresentar como um marco na luta pelo reconhecimento das desigualdades e diferenças raciais, ainda existem muitos passos a serem dados.

Palavras-Chave. Educação para as relações étnico-raciais. História e cultura Afro-brasileira e Africana. Recursos didáticos.

Law 10.639/2003 and Higher Education: Analysis of the library collection in teacher's training at the University of Rio Verde - UniRV (2023)

Abstract:*In 2003, a law that would change the Brazilian educational scenario in terms of ethnic-racial relations was passed. The Law is*

10.639/03, which makes the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in all basic education institutions - Kindergarten to High School an obligation. Considering the 20 years since the law was passed, it is hoped that schools are already effectively addressing these issues in their curriculum and that, consequently, universities have adapted their courses to the new demands. In this research, we will look at how the bibliographic collection of the University of Rio Verde - UniRV dialogues with this legal demand, aimed mainly at undergraduate courses. To this end, the collection of the three libraries available to students was mapped in order to analyze whether there are resources available for preparing lessons in internships and in their future profession. The main results point to a more significant number of works on the subject in the online libraries, but few focused on teacher training and Early Childhood Education, which is one of the main areas of Pedagogy, currently the institution's only license degree course. From this perspective, it can be seen that although the law is a milestone in the fight to recognize racial inequalities and differences, there are still many steps to be taken.

Keywords:*Education for ethnic-racial relations. Afro-Brazilian and African History and Culture. Teaching resources*

Introdução

A Lei 10.639/2003, que institui como obrigatoriedade o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos níveis da Educação Básica completa seus 20 anos de promulgação, sendo um marco na luta por promoção da igualdade racial na educação. Esta legislação surge enquanto ferramenta de transformação social a partir do reconhecimento pela sociedade e do Estado brasileiro de suas estruturas racistas, buscando, portanto, reparar parte dos danos causados historicamente à população negra. Institucionalmente, o Estado brasileiro, se reconhece como um país racista na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, no ano de 2001.

É por meio do autorreconhecimento do Brasil como um país racista que fortaleceu a criação de ações afirmativas, que conforme explicitado no Parecer da Lei, Brasil (2004) são políticas dirigidas à reparação de desigualdades raciais e sociais com vistas a reduzir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória.

Para reconhecer e reparar faz-se necessário que aconteça uma mudança nos âmbitos sociais, culturais e econômicos que reforçam o estigma e dificultam o acesso de pessoas negras a direitos básicos. E isso só é possível com a compreensão da história e da cultura de pessoas negras, para que todos compreendam como se deu o processo de colonização. E assim, seja possível compreender que as dificuldades enfrentadas por pessoas negras estão além da esfera individual do esforço, elas vêm de séculos de exclusão.

Desta forma, reconhecer é valorizar a ancestralidade negra e seus processos de construção cultural e histórica, é apontar para a diversidade de etnias e entender a produção de conhecimento desses indivíduos em seu contexto. Assim como também é valorizar os processos de resistência do povo negro em diáspora que se estende até a atualidade, por meio de união e prática organizada, Brasil (2004) .

Por meio dessa ótica, o Estado brasileiro, via Ministério da Educação (MEC), após aprovação da Lei 10.639/2003, passa a desenvolver diretrizes e planos curriculares para a inclusão desses conteúdos nas instituições de Educação Básica de todo o país, sendo esses documentos uma espécie de guia para a fundamentação da prática docente.

Portanto, considerando as duas décadas da aprovação dessa Lei, assim como os documentos-guia proporcionados pelo MEC, todas, ou pelo menos a maioria das escolas deveriam estar aplicando os conteúdos referentes ao ensino das relações étnico-raciais. Isso considerando que essas questões agora dependem mais de agentes da educação em si do que da legislação.

Não há mais a necessidade de se fazer leis e documentos para a efetivação da educação das relações étnico-raciais nas escolas brasileiras, o que se precisa é vontade política dos executivos federal, estaduais e municipais, e um monitoramento e cobrança mais rigorosa das instâncias responsáveis pela fiscalização do cumprimento da Lei 10639/2003 Araujo (2021) .

Este trabalho nasce desse contexto de vinte anos de aprovação da Lei 10639/2003 e pretende avaliar os recursos didáticos, no caso, os livros disponíveis sobre a temática étnico-racial nas

bibliotecas, presencial e *online*, do campus de Rio Verde, da UniRV. A instituição possui apenas uma licenciatura, o curso de Pedagogia e, na área de Ciências Humanas, dois outros cursos têm destaque, o de Psicologia e o de Direito. Dada a obrigatoriedade de trabalhar História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos nacionais de ensino básico, mensurar o acervo disponível contribui para avaliar o grau de comprometimento institucional com a formação de professores aptos a trabalhar com esse assunto em sala de aula.

Material e Métodos

Esta pesquisa pode ser compreendida como exploratória, que segundo Gil (2008), tem o intuito de esclarecer problemas precisos. Neste viés foi desenvolvido um estudo de caso das bibliotecas disponíveis da Universidade de Rio Verde – Campus Rio Verde. Um estudo de caso pode ser compreendido como: estudo aprofundado acerca de um tema, utilizado comumente por pesquisadores sociais cujos resultados devem ser preferencialmente obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental, Gil (2008). Nesse estudo a análise é qualitativa e composta por três etapas: seleção, organização e revisão dos dados obtidos.

Desta forma, com o intuito de mapear os recursos didáticos disponíveis nas bibliotecas Luiza Carlinda de Oliveira (física), Minha Biblioteca e Pearson (*online*)[1] foram selecionadas palavras-chave relacionadas ao tema "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" e "Lei 10.639/2003", sendo estas: raça, racismo, educação étnico-racial, história afro-brasileira, história africana, África, 10.639, 11.645, ação (ões) afirmativa(s), negro(s), negra(s), racial (is), preto(s), preta(s).

A partir desta seleção de palavras foi feita uma busca nos sistemas dessas bibliotecas e organização dos resultados obtidos em uma planilha para cada biblioteca, contendo as informações: Título, autor, data de publicação e áreas principais. Desses resultados iniciais foi possível utilizar outro critério para classificação, que está relacionado com a data de aprovação da lei. Sendo assim, as obras foram divididas a partir de seus anos de publicação, sendo antes de 2003 e depois de 2003, para que fosse possível observar o impacto da Lei na obtenção desses recursos didáticos pela Universidade.

Além disso, das obras catalogadas foi utilizado outro meio de organização, para que fosse possível compreender se os recursos das bibliotecas são relevantes para a formação de professores no curso de Pedagogia e se podem servir como materiais para a elaboração de aulas nos estágios e programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica (RP). Para isso foi analisado com o auxílio da Inteligência Artificial (IA) da Microsoft, o Bing Chat, que utiliza da tecnologia GPT – 4 e apresenta dados atualizados de forma gratuita. Quatro categorias foram selecionadas, sendo elas: 1. Formação de professores; 2. Educação Infantil; 3. História e Cultura Afro-brasileira e Africana e; 4. Psicologia e Direito.

Portanto, o comando utilizado para a IA foi que ela organizasse essas obras em uma tabela de acordo com o assunto principal de cada uma, sendo que estas obras poderiam se encaixar em mais de um critério ou nenhum. Desta sistematização foi possível analisar o total de obras das bibliotecas que se encaixavam nos critérios propostos e assim conseguir refletir sobre as implicações destes na formação de professores.

Por meio dos resultados oferecidos pela seleção da IA, foi feita uma verificação dos resultados obtidos com o intuito de certificar que a as obras estavam classificadas de maneira satisfatória. Dentre as 200 obras das três bibliotecas analisadas, todas se encaixavam em pelo menos uma das categorias selecionadas.

Resultados e Discussão

Com base no mapeamento de dados das bibliotecas foi possível sistematizar cerca de duzentas obras que dizem respeito ao tema da pesquisa, sendo quarenta e cinco da biblioteca física Luiza Carlinda de Oliveira, cinquenta e cinco da biblioteca *online* Minha Biblioteca e cem da biblioteca

[1] Existe na instituição uma terceira biblioteca *online*, a Revista dos Tribunais, dada a sua especificidade de área dessa biblioteca e os objetivos principais dessa pesquisa, optamos por excluí-la da análise.

online Pearson. Desta forma, é possível inferir que as bibliotecas *online* possuem um acervo superior ao da biblioteca física em relação aos mesmos parâmetros utilizados para seleção e análise, que foram as palavras-chave, como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos livros por biblioteca

	Biblioteca Luiza Carlinda de Oliveira (Física)	Minha Biblioteca (online)	Biblioteca Pearson (online)
Quantidade de obras	45	55	100

Fonte: Autoria própria.

De acordo com o segundo critério utilizado, que está relacionado com a data de aprovação da Lei 10.639/2003, é possível inferir a partir da análise do gráfico abaixo que a quantidade de recursos relacionados ao tema aumentou significativamente após o ano de 2003. Considerando o total, cerca de cento e oitenta e três obras se apresentam com datas posteriores a 2003 e apenas treze obras com datas anteriores a esse ano. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a Lei 10639/2003 teve um impacto significativo para a obtenção de novos recursos para a Universidade.

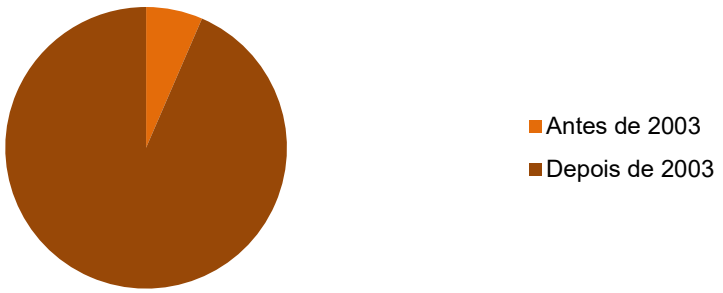

Figura 1 **–** Comparação da quantidade de livros em relação ao ano, antes de depois de 2003**.**

Fonte: Autoria própria.

A figura acima reflete um impacto positivo da legislação sobre a ampliação do acervo institucional, apesar de um número diminuto de obras na biblioteca física, podemos de alguma maneira afirmar que a maior parte do acervo da Universidade é contemporâneo, ou seja, atualizado. Destaca-se que, as bibliotecas *online* da UniRV são recentes, a contratação desses acervos data de 2018[2], frutos de um investimento de quase R$ 200 mil reais, segundo uma reportagem institucional UniRV (2023). Esse dado impacta profundamente essa pesquisa, uma vez que até 2019, o acervo total do campus de Rio Verde da UniRV era de 45 obras, aquelas do acervo físico.

Em relação a nossa segunda forma de organizar, tentamos enfatizar, primeiro, a principais áreas científicas dos cursos de Ciências Humanas da UniRV, sendo eles: Direito, Psicologia e Pedagogia, dado a quantidade baixa de livros de Direito e Psicologia, somamos ambas as áreas, num total de 35 livros, devemos lembrar que uma biblioteca específica da área jurídica foi excluída dessa pesquisa; em segundo lugar, uma ênfase nas licenciaturas, apesar do curso de Pedagogia ser o único curso atualmente, houve outras licenciaturas entre 2003 e 2023, como Letras, Educação Física,

[2]As bibliotecas *online* e suas contratações foram realizadas entre novembro de 2017 e outubro de 2018, sendo: Revista dos Tribunais – novembro de 2017. Minha Biblioteca – abril de 2018. Pearson – outubro de 2018.

Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, Estudos Sociais e, nesse caso, livros especificamente vinculados a formação de professores pode referir ao conjunto desses cursos; em terceiro, livros específicos de Educação Infantil, dada a representatividade do curso de Pedagogia, nascido em 1973, como única licenciatura vigente atualmente; por fim, a área mais abrangente e vinculante ao texto da legislação, História e Cultura afro-brasileira e africana, por ser menos específica, tornou-se a área como maior representação no acervo institucional, como podemos observar na figura 2.

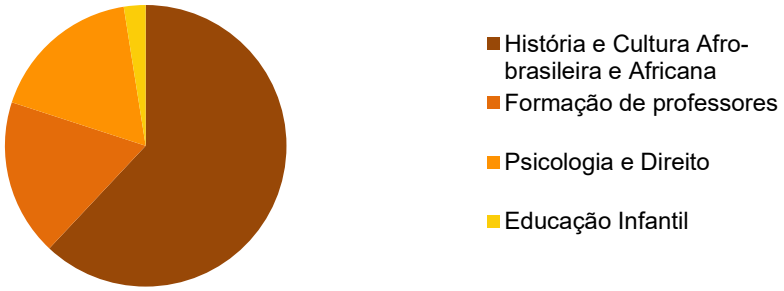

Figura 2 – Distribuição dos livros por áreas específicas.

Fonte: Autoria própria.

Na figura acima, podemos destacar que a quantidade de livros que abordam sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana é maioria em comparação com os outros critérios. Destaca-se a baixa presença de livros específicos da formação de professores (36) e principalmente de Educação Infantil (5), pois o curso de Pedagogia possui um conjunto de atividades como estágios e programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica (RP) que exigem da instituição recursos didáticos para qualificar os projetos desenvolvidos.

Conclusão

A Lei 10.639/2003 surge num momento de fortalecimento da questão racial na agenda pública federal e é uma das principais conquistas do movimento negro no século XXI, mobilizar esforços pela sua devida implementação ainda significa buscar transformações sociais e educacionais na sociedade brasileira e, para tal empreendimento as Universidades são fundamentais. Nesse sentido essa pesquisa se propôs, a analisar quais são os recursos didáticos disponíveis na Universidade de Rio Verde, em especial, para o curso de Pedagogia, acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais, levando em consideração em que se faz necessária a formação docente para o combate ao racismo e discriminação.

Dentre o que foi sistematizado é possível notar que as bibliotecas *online*, em especial a Biblioteca Pearson, possuem um acervo significativamente maior do que a biblioteca física do campus Rio Verde. O que pode ser visto como uma ação positiva da Universidade ao contratá-las para complementar o acervo de obras, uma vez que bibliotecas físicas demandam recursos maiores como espaço e organização.

É necessário destacar que em 2023, o curso de Pedagogia da Universidade de Rio Verde completa cinquenta anos de existência, no mesmo ano a lei 10.639/2003 completa vinte anos de sua aprovação, o fato de ao longo dessa trajetória existirem tão poucos títulos no acervo presencial da biblioteca do campus de Rio Verde, sobre a relação entre a questão racial e Educação contribui para justificar a relevância de uma legislação impositiva quanto a temática, mas, também serve para demonstrar que não se trata apenas da construção de marcos legais, eles por si só não transformam a realidade, trata-se de vontade política, pressão social e prioridades institucionais, sem isso, temas subalternizados tendem a permanecer desta maneira.

E a partir da segunda análise é possível afirmar que apesar de uma grande quantidade de obras estarem voltadas a Cultura Afro-brasileira e Africana, poucas se apresentaram aptas para a formação de professores e menos ainda no contexto da Educação Infantil. Isso aponta para uma lacuna no curso de formação de professores, uma vez que não há muitos recursos para serem utilizados como fundamentação teórica para a construção de uma prática docente voltada para o

ensino das relações étnico-raciais para crianças de 0 a 5 anos, e nem mesmo obras suficientes para orientar os futuros docentes em como desenvolver metodologias significativas sobre esse tema em sala de aula.

A ausência de uma disciplina específica sobre Educação para as relações étnico-raciais no atual currículo do curso de Pedagogia da UniRV contribuí duplamente, primeiro, por minorar o espaço de formação universitária ligada a essa temática e, também para ausência de um acervo maior sobre a temática, uma vez que, quando a disponibilidade de recursos financeiros para aquisição de livros a prioridade tem sido os livros indicados nas ementas das disciplinas.

Agradecimentos

Agradecimentos a Universidade de Rio Verde que proporcionou meios para que essa pesquisa fosse realizada por meio do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica – PIVIC.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. A. Lindgren. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos.** Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2002, v. 45, n. 2 [Acessado 21 Abril 2022] , pp. 198-223. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000200009>. Epub 19 Ago 2008. ISSN 1983-3121. https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000200009.

ARAUJO, Leonor Franco. A Lei 10639 e sua maior idade. Há o que se comemorar?.**Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 279-294, jul. 2021. ISSN 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/57479>. Acesso em: 25 abr. 2022. doi: https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57479.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 abr. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 003/2004** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais - da LDB de 1996 à Lei 10.639 de 2003. In: _____. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília: SECAD, 2005. p. (49)-(64).

FREITAS, Olga. **Equipamentos e materiais didáticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf. Acessado em 27 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **Quem é negro no Brasil?** As ações afirmativas e o governo das diferenças. Curitiba: Appris, 2022.

UNIRV, Universidade de Rio Verde. UniRV disponibiliza Bibliotecas Virtuais com mais de 20 mil títulos. **Universidade de Rio Verde**, 2019. Disponível em: https://www.unirv.edu.br/ver_noticias.php?codabr=16465. Acesso em 22 set. 2023.